

## **Crianças em Cena: Território, Memória e Resistência na Construção de uma Educação Antirracista**

### **Children on Stage: Territory, Memory, and Resistance in the Construction of an Anti-Racist Education**

BRENDA SANTOS DA HORA  
Faculdade Unyleya

**Resumo:** O relato descreve a implementação de práticas pedagógicas antirracistas nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Salvador, envolvendo crianças de seis a sete anos, em sua maioria negras, incluindo estudantes neuroatípicos. O objetivo da experiência foi conscientizar sobre a atuação dos trabalhadores informais, promover a valorização da identidade negra e indígena, estimular o protagonismo infantil e fomentar uma reflexão sobre sustentabilidade e racismo ambiental. As estratégias empregadas envolveram atividades interdisciplinares de língua portuguesa, matemática, ciências, educação física e música, associadas ao tema da reciclagem e à sabedoria popular, com a elaboração de coreografias, coleta seletiva e homenagens aos catadores de materiais recicláveis. Com base em referenciais teóricos e nas legislações que asseguram o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, a prática destacou a escola como um local de resistência e criação de novas formas de aprendizado. Os resultados evidenciaram que a educação antirracista pode ser aplicada de maneira integrada e transformadora nos anos iniciais, contribuindo para o fortalecimento da autoestima, da cidadania, do senso de comunidade e da consciência socioambiental. A experiência agrega valor ao campo ao demonstrar a viabilidade de uma educação antirracista fundamentada na interdisciplinaridade e na valorização de saberes ancestrais.

**Palavras-chave:** Educação antirracista. Infância. Território. Sustentabilidade. Protagonismo infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira lida com variadas desigualdades sociais, que possuem raízes tanto históricas quanto estruturais. Para compreender esses processos, é fundamental considerar sua relação com o território, que engloba não apenas um espaço físico, mas também elementos de poder, identidade e pertencimento. Milton Santos (2000, p. 96) declara que o território deve ser compreendido como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, sendo o resultado histórico das práticas sociais e políticas que nele ocorrem. Assim, entender o território escolar implica reconhecer os vestígios do racismo estrutural e as lutas de resistência que nele estão presentes.

No campo educacional, o território se apresenta como espaço de disputas e, simultaneamente, de possibilidades. Haesbaert (2004) destaca que ele envolve tanto relações de dominação quanto de apropriação, o que permite pensar a escola pública como lugar de tensões — visíveis e invisíveis —, mas igualmente de produção de novas formas de existência e de reconhecimento. Nesse contexto, o cumprimento de práticas pedagógicas de caráter antirracista possibilita à escola ressignificar identidades negras e indígenas, valorizando culturas populares e periféricas.

O desafio de promover uma educação antirracista no Brasil está profundamente enraizado em um passado de exclusão e silenciamento das histórias e culturas dos povos que desempenharam um papel fundamental na formação do país. Nilma Lino Gomes (2017, p. 43) afirma que “a luta pela educação antirracista é uma luta pela democratização da sociedade brasileira, que passa pela construção de currículos comprometidos com a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana”. A promulgação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), que incluiu a história e cultura indígena, fortaleceram esse movimento.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é elucidar possibilidades concretas de uma educação antirracista nos primeiros anos da escolarização por intermédio de um relato de caso. Este formato, transposto da área da saúde para a educação com as devidas adaptações, tem como objeto o processo educativo, destacando as experiências vividas e os desafios enfrentados. Com isso, busca-se difundir uma prática bem-sucedida de educação antirracista

---

para fortalecer, com caráter reflexivo e formativo, a atuação de outras educadoras e educadores em sala de aula.

## 2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As atividades foram realizadas em uma escola municipal situada no bairro de Pernambués, em Salvador, no ano de 2024, expandindo-se para além da área local e alcançando o subúrbio ferroviário da cidade. Participaram do projeto crianças de maioria negra, com idades entre seis e sete anos, matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental. O grupo incluiu crianças neuroatípicas, cuja participação foi organizada de maneira inclusiva, incentivando a interação plena com o coletivo.

O ambiente institucional impôs obstáculos, como a ausência de infraestrutura para ensaios, oscilações na frequência discente e interrupções por falta de água. Esses fatores evidenciam a desigualdade social que caracteriza as escolas públicas. Saviani (2008) afirma que a escola pública brasileira reflete as contradições da sociedade capitalista, espelhando barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência de estudantes provenientes das classes menos favorecidas.

A prática pedagógica consistiu em uma atividade interdisciplinar sobre reciclagem, integrando língua portuguesa, matemática, ciências da natureza, educação física e música. O objetivo foi valorizar a economia popular e a identidade negra. A proposta incluiu uma homenagem aos catadores de materiais recicláveis, abordando o processo de produção, reaproveitamento e impactos ambientais, além de discutir o racismo ambiental. Relatos de experiências concretas permitiram integrar conhecimentos ancestrais à prática escolar, em conformidade com as legislações vigentes.

A atividade seguiu etapas planejadas. Inicialmente, houve a preparação e coleta de recursos: ao longo de dois meses, os discentes trouxeram latinhas encontradas em casa ou no trajeto escolar. Com o material arrecadado, iniciou-se o trabalho pedagógico por meio da contextualização histórica. Na etapa seguinte, os estudantes envolveram-se na produção colaborativa de obras de arte, na criação de um projeto de coleta seletiva e na elaboração de uma coreografia. Esse processo estimulou a coordenação motora, lateralidade, oralidade e expressão criativa.

O estudo incluiu reflexões sobre identidade e território. Debates sobre o perfil racial dos catadores incentivaram a análise crítica das desigualdades e a valorização do trabalho

negro. A biografia "Carolina - Carolina Maria de Jesus" (Editora Mostarda) serviu de base teórica, apresentando a trajetória da escritora negra e catadora de papel que transformou sua realidade por meio da leitura e escrita.

Posteriormente, as crianças concentraram-se nos ensaios artísticos da coreografia baseada na canção "Bate Lata", que explora a criação artística a partir de elementos não convencionais. O protagonismo discente ultrapassou os muros da escola: o grupo apresentou-se na abertura de um evento na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), simbolizando o reconhecimento do trabalho. A repercussão resultou em um convite para a Mostra Criativa Salvador de Arte, Educação e Cultura Negra 2024, no Teatro Faresi.

A preparação final ocorreu no Espaço Cultural Boca de Brasa Subúrbio 360°, com assistência de profissionais das artes. Devido ao afastamento da professora regente por motivos de saúde, a coordenação dos ensaios foi transferida para sua assistente — autora deste relato —, que ajustou as estratégias às demandas do grupo. Essa culminância consolidou aprendizados sobre interdisciplinaridade, cidadania, consciência ambiental e autoestima, celebrando o protagonismo de crianças que tiveram seu valor social aplaudido e reconhecido.

As circunstâncias demandaram planejamento minucioso, colaboração com a equipe escolar e articulação com as famílias, proporcionando aos alunos uma experiência inclusiva e transformadora.

### **3 RESULTADOS E REFLEXÕES**

#### **3.1 A homenagem aos catadores de latinha como prática pedagógica**

Essa abordagem está em sintonia com os conceitos de Gadotti (2000), que defende que a educação ambiental deve estar vinculada à formação de cidadãos críticos, transcendendo a simples preservação ecológica para adotar uma perspectiva política e social. Ao abordar a reciclagem e valorizar a figura do catador e da catadora, a atividade expandiu o entendimento das crianças a respeito da sustentabilidade, do consumo responsável e da economia solidária. Em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2019) destaca a necessidade de reavaliar nossa relação com o meio ambiente, sugerindo uma perspectiva que valoriza os conhecimentos tradicionais e a conexão íntima com a natureza.

Ademais, Lamim-Guedes (2010) reflete sobre o fato de que os efeitos da degradação ambiental não afetam a sociedade de maneira uniforme, atingindo de forma mais severa as populações negras e periféricas, historicamente localizadas em áreas de maior vulnerabilidade. Nesse contexto, o racismo ambiental evidencia-se quando grupos racializados enfrentam de maneira desproporcional as injustiças socioambientais. Desse modo, a prática pedagógica permitiu que os discentes percebessem a conexão entre sustentabilidade e justiça social, compreendendo seu papel na construção da cidadania.

### **3.2 Reciclagem, impacto ambiental e cidadania.**

A atividade em grupo possibilitou que as crianças identificassem os efeitos ambientais gerados pela produção e pelo descarte de resíduos. Conforme Carneiro (2003), a desigualdade no acesso a direitos básicos é um reflexo da exclusão histórica sofrida pela população negra, o que inclui a precariedade no saneamento, no fornecimento de água e a proximidade de lixões às residências.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) estabelece a inclusão da educação ambiental integrada a diversos componentes curriculares. Assim, ao conectar a coleta seletiva e a transformação de materiais recicláveis à rotina estudantil, o projeto promoveu aprendizagens interdisciplinares e contribuiu para uma formação integral, em consonância com o previsto pela legislação.

### **3.3 Racismo ambiental e valorização da identidade negra**

Um dos principais objetivos da proposta foi fomentar o debate sobre o racismo ambiental. Esse conceito destaca a exposição histórica de comunidades negras e periféricas a riscos ambientais, além de questionar as relações de poder que mantêm essas populações em empregos precários relacionados ao manejo de resíduos. Segundo Bullard (2005), o descarte de resíduos tóxicos e as práticas econômicas que perpetuam vulnerabilidades impactam desproporcionalmente as populações racializadas. No Brasil, Carneiro (2003) declara que o racismo determina quem possui acesso a direitos, configurando-se como uma organização política de exclusão.

Nesse cenário, ao analisarem o perfil racial dos catadores, os estudantes foram incentivados a entender que a deterioração ambiental e a exploração do trabalho não afetam

---

a sociedade de forma equânime. A escola cumpriu seu papel ao implementar as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008. Gomes (2012) e Cavalleiro (2000) afirmam que, ao valorizar a identidade negra no espaço escolar, consolidamos uma educação antirracista que promove a equidade e reconhece contribuições ancestrais.

### **3.4 Interdisciplinaridade e formação cidadã**

Em conclusão, o ponto alto da atividade, que incluiu apresentações artísticas e reflexões coletivas, consolidou os aprendizados que conectam cidadania, consciência ambiental, conceitos de territorialidade e desenvolvimento da autoestima das crianças. A interdisciplinaridade, ao integrar diferentes áreas do conhecimento, surge como uma alternativa para combater a fragmentação do currículo brasileiro e valorizar as experiências culturais dos estudantes.

Munanga (1999) defende que a escola deve incorporar de forma crítica as africanidades e as contribuições dos povos negros para a construção da sociedade brasileira, o que requer práticas pedagógicas que vão além das perspectivas eurocêntricas e isoladas do saber. Gomes (2012) acrescenta que a valorização da identidade negra na educação só é possível quando os currículos adotam uma perspectiva integradora que conecte história, cultura e ciência de forma interdisciplinar, contribuindo para a criação de uma educação genuinamente antirracista.

Desse modo, o projeto revelou-se uma experiência educativa que ultrapassou a simples aprendizagem de conteúdos escolares tradicionalmente assimilados nessa etapa do aprendizado. Além disso, contribuiu para o fortalecimento do pertencimento, da identidade cultural e do protagonismo infantil, posicionando a escola como um espaço de resistência, transformação e valorização das culturas negro-populares.

## **4 CONCLUSÕES**

A experiência relatada demonstra que, mesmo diante de desafios estruturais e históricos, a escola pública se constitui como um espaço de resistência e de produção de novas possibilidades educativas. Ao realizar a articulação entre variadas áreas do saber, o projeto evidenciou que é possível aplicar práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da cultura negra e popular, promovendo transformações significativas no processo formativo e cumprindo a legislação vigente.

---

A homenagem aos catadores de materiais recicláveis, somada à reflexão crítica sobre racismo ambiental, à relação histórica entre os povos originários e o meio ambiente, e às vivências artísticas coletivas, possibilitou a construção de aprendizagens que transcendem os conteúdos escolares formais. Tais ações fortaleceram o protagonismo infantil, o senso de comunidade e a consciência social das crianças.

Portanto, promover uma educação antirracista nos anos iniciais não é apenas um ideal ou um desejo utópico, nem deve ser reduzido à reprodução de estereótipos de dor e sofrimento. Trata-se de uma obrigação legal e, fundamentalmente, de uma demanda ética, política e social que se apresenta como requisito para a democratização do ensino e para a criação de uma escola verdadeiramente plural. A experiência descrita demonstra que a educação antirracista não deve ser limitada a datas comemorativas, mas considerada uma estratégia contínua e transversal que permeia o currículo, a gestão e as interações diárias.

Ao adotar essa visão, o ambiente escolar deixa de ser meramente um local para a transmissão de conteúdos tradicionais para se tornar um espaço de combate às desigualdades e de afirmação de um projeto educacional que valoriza a alteridade e a justiça social. Nesse processo, a escola transforma-se em um território de criação de novas narrativas, permitindo a ressignificação de identidades e o reconhecimento de vozes silenciadas como componentes fundamentais do patrimônio cultural e social brasileiro.

Ao expandir o aprendizado além das limitações disciplinares, essa prática pedagógica consolida a escola pública como um território de resistência, memória e consciência crítica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Uziel Ananias Sant'Ana. **Contradições em ébano: mobilização e representatividade negra no pós-abolição**. 2025. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2025. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/ppghis/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BARBOSA, Márcio (org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

---

BRASIL. [Presidência da República]. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. [Presidência da República]. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 21 dez. 2025.

BULLARD, Robert D. Confrontando o racismo ambiental: vozes das populações. Tradução: James Miyamoto. **Thesis**: revista da ANPARQ, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 15-39, 2025. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/572>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 21 dez. 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulistana (1915/1963). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 197-207, mar./ago. 1985. Disponível em: [https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=19](https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_HISTORIA=19). Acesso em: 21 dez. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: entre saberes e práticas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANCHARD, Michael George. **Orpheus and power**: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988. Princeton: Princeton University Press, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Carolina**: uma biografia. Organização: Tom Farias. São Paulo: Editora Mostarda, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAMIM-GUEDES, Valdir. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, Gessé. O autoritarismo e a formação do Estado no Brasil. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 28, n. 74, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987320287405>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MALATIAN, Teresa Maria. **O cavaleiro negro**: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira. São Paulo: Alameda, 2015.

MITCHELL, Michael. Movimentos sociais negros na Era Vargas. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 185-201.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2022.